

revista

poli saúde
educação
trabalho

Ano XI — Nº. 60 — set./out. 2018



Vera
Lúcia



Álvaro
Dias

SAÚDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO NAS ELEIÇÕES 2018



Coligação
O Povo Feliz de Novo



Guilherme
Boulos



Marina
Silva



João
Vicente
Goulart

POLI, 10 ANOS DE
JORNALISMO PÚBLICO



Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Conheça o

Poli

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Ano XI - Nº 60 - set./out. 2018

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde ISSN 1983-909X

Editora e Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos
Cátia Guimarães

Repórteres
Ana Paula Evangelista / André Antunes / Cátia Guimarães / Katia Machado / Maíra Mathias

Projeto Gráfico
José Luiz Fonseca

Diagramação
José Luiz Fonseca / Marcelo Paixão / Maycon Gomes

Capa
Maycon Gomes

Ilustrações
Rodrigo Souto

Mala Direta e Distribuição
Valéria Melo / Tairone Cardoso

Comunicação Interna
Julia Neves / Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações
Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional
Solange Maria

Tiragem
12.000 exemplares

Periodicidade
Bimestral

Gráfica
Imprimindo Conhecimento
Editora e Gráfica

Conselho Editorial

Alexandre Moreno / Alexandre Pessoa / Ana Beatriz Noronha / Anakeila Stauffer / André Feitosa / José Mauro da Conceição Pinto / Carlos Maurício Barreto / Daniel Groisman / Etelcia Molinaro / Fernanda Martins / Gilberto Estrela / Ingrid Vitória de Almeida Martins / José Orbílio de Souza Abreu / Luciana Maria da Silva Figueirêdo / Marise Ramos / Pedro Castilho / Rosa Maria Correa / Sérgio Ricardo de Oliveira



**ELEIÇÕES
2018**

EDITORIAL

2

POLI E COMUNICAÇÃO PÚBLICA

3

ELEIÇÕES 2018

Regras do jogo democrático nas páginas da Poli 6

Alvaro Dias 7

Gulherme Boulos 8

João Vicente Goulart 10

Coligação "O povo feliz de novo" 12

Vera Lúcia 14

Marina Silva 16



Receba a Poli: formulário pelo site
www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 306
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP.: 21040-360
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 comunicacao@epsjv.fiocruz.br

Assine Nosso Boletim pelo site
www.epsjv.fiocruz.br

ELEIÇÕES, COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA

Esta é uma edição duplamente especial. Primeiro porque celebra um momento importante da vida nacional – afinal, embora não esgotem o sentido desse conceito, as eleições são uma expressão fundamental do exercício da democracia. Segundo porque comemora 10 anos desta revista *Poli* que você tem em mãos, uma iniciativa que materializa nossa convicção de que às instituições públicas de Estado cabe fazer comunicação pública, promovendo esclarecimento, informação de qualidade e diálogo com a sociedade. O que você lerá nas páginas seguintes é um esforço de interseção entre esses dois ‘eventos’ especiais.

Nessas eleições, os brasileiros escolherão deputados estaduais e federais, senadores, governadores e presidente da República. Trata-se do primeiro pleito de âmbito nacional após o início de uma conturbada crise que resultou no impeachment de uma presidenta eleita – um processo que até hoje divide opiniões e análises políticas e jurídicas. A polarização política e a batalha jurídica, aliás, são marcas também desse processo eleitoral, já que o candidato que ocupava o primeiro lugar nas pesquisas de intenção de votos encontra-se preso, condenado em segunda instância. No momento em que esta edição foi finalizada, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) havia rejeitado sua candidatura, e sua coligação ainda não havia apresentado substituto. Permanecia, assim, uma incerteza sobre o cenário eleitoral.

Treze candidatos se inscreveram no TSE para concorrer à vaga na Presidência da República. Em função da legislação – que regula, por exemplo, o tempo de cada candidato no programa eleitoral de rádio e TV e a obrigatoriedade de participação nos debates –, nem todos eles terão a mesma chance de dialogar e apresentar suas posições e propostas à sociedade. No programa eleitoral, os tempos de exposição variam de 5 segundos a mais de cinco minutos, de acordo com a quantidade de partidos que compõem a coligação. Para os debates de televisão, rádio e internet, hoje as empresas jornalísticas são obrigadas a convidar apenas os candidatos cujo partido tenha pelo menos cinco parlamentares no Congresso Nacional. Nos jornais e revistas, que não são concessões públicas, a escolha dos candidatos a serem (ou não) entrevistados fica a cargo da própria empresa de comunicação. É aqui, portanto, que a valorização das eleições se cruza com a defesa da comunicação pública, compreendidos, ambos, como elementos fundamentais na construção de uma democracia forte.

A comunicação pública se baseia, fundamentalmente, na defesa

do interesse público coletivo – o que, numa sociedade desigual como a brasileira, não deve ser confundido com interesse geral, mas sim com o interesse das maiorias, dos mais excluídos e oprimidos. Pressupõe o direito à informação – da sociedade como um todo – e o direito à expressão de todos os segmentos sociais, inclusive aqueles que não costumam figurar na grande imprensa empresarial. Orientada por esses princípios, a Poli tentou levar até você, ao longo desses 10 anos, as vozes que representam a diversidade social na sua radicalidade: governos; parlamentares; empresários; professores; pesquisadores; profissionais da saúde e da educação; estudantes; trabalhadores técnicos; lideranças comunitárias; vítimas da violência de Estado; vítimas de desastres e crimes ambientais; indígenas; quilombolas; agricultores; movimentos sociais do campo e da cidade; movimento negro, feminista e LGBTQTT... Com 60 edições publicadas até hoje, essa lista poderia ainda ser muito ampliada. Esperamos, com isso, estar contribuindo para o fortalecimento do direito à comunicação e da democracia.

Como instituição pública de Estado – independente em relação ao setor privado e que busca manter certo grau de autonomia em relação a todos os governos –, temos percorrido um caminho jornalístico que nos permite ouvir todos os atores e versões envolvidos em cada pauta, traduzir o conhecimento científico e identificar divergências que muitas vezes ficam ocultas quando se reduz a dinâmica social aos “dois lados” da questão. Em tempos de proliferação de agências de *fact checking* e combate a *fake news*, fazemos jornalismo investigativo, com dados, fontes, entrevistas e apuração de verdade. O único tipo de jornalismo que reconhecemos digno desse nome, aliás.

Há 10 anos, apostamos na objetividade – da informação, dos fatos, do conhecimento, da ciência – sem que isso seja sinônimo de neutralidade em relação aos temas que justificam a nossa existência: sempre abertos às diferenças, não temos dúvida de que o ‘nosso lado’ é o que defende o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), da educação pública e de qualidade em todos os níveis, do desenvolvimento da pesquisa com investimento público no país e da garantia dos direitos humanos e democráticos.

Dedicar esta edição ao debate eleitoral é, assim, mais um esforço de contribuir para fortalecer a democracia no Brasil num país em que, depois de 21 anos de ditadura empresarial-militar, identifica-se uma profunda descrença da população com a política. Pesquisa divulgada no início deste ano, por exemplo, mostra que 89% dos brasileiros acham que os políticos não pensam na população na hora de tomar decisões. Levantamento feito no ano passado pelo Fórum Econômico Mundial afirma ainda que, entre a população de 137 países estudados, a brasileira é a que menos confia nos próprios políticos. Oferecer esse espaço a todos os candidatos, independentemente da bancada parlamentar, do tamanho da coligação ou de qualquer outro critério excludente, é um princípio que orienta nossa aposta no direito de expressão e na comunicação como ferramenta e processo de diálogo, esclarecimento e construção de consciência política, sem a qual a tal da democracia corre o risco de se reduzir a uma palavra no dicionário.

Por isso, valorizar o momento das eleições e o potencial da comunicação para democratizar o debate em torno delas já se tornou tradição. Repetimos esse processo em todas as eleições de âmbito nacional ocorridas ao longo desses 10 anos. Agora, em 2018, 13 candidatos se inscreveram no TSE. Treze foram chamados a participar do ‘debate’ nas páginas da Poli, que você lerá a seguir. Desses, apenas 6 aceitaram o convite. As regras e a forma como tentamos garantir absoluta igualdade de condições a todos você conhecerá em seguida, no texto que introduz as respostas enviadas pelos candidatos. Foi trabalhoso. Tem sido, há uma década. Mas é o caminho que nós, institucionalmente, escolhemos. E é um caminho sem volta.



Poli - Saúde, Educação e Trabalho: 10 anos de jornalismo público

“[Devemos] valorizar e defender o SUS como política pública de Estado, por meio de estratégias de comunicação, produção e disseminação do conhecimento científico, tecnológico e popular, mas também das políticas e ações de saúde e seus resultados nos grandes meios de comunicação, mídias comunitárias e redes virtuais, contribuindo, desta forma, para a sustentabilidade do SUS”

Diretriz da 15ª Conferência Nacional de Saúde, promovida pelo Conselho Nacional de Saúde, em dezembro de 2015

“É preciso lutar por espaços de comunicação para que o SUS se fortaleça, pois se a comunicação não se tornar democrática, o SUS não avança também”

Relatório da 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde, promovida pelo Conselho Nacional de Saúde, em abril de 2017

“[Devemos fazer a] defesa de uma comunicação pautada nos princípios do SUS, como universalidade, equidade, integralidade, descentralização e participação, assegurando processos de produção de informação e conteúdo, assim como estratégias de comunicação inclusivas, que combatam todas as formas de discriminação e reconheçam as diversidades do povo brasileiro”

Relatório da 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde, promovida pelo Conselho Nacional de Saúde, em abril de 2017

“[Devemos] fortalecer o diálogo com a sociedade, por meio de múltiplas estratégias de comunicação, em prol da promoção da qualidade de vida, da saúde, dos direitos humanos, civis e sociais, do SUS, da democracia e da defesa da Fiocruz como instituição de Estado”

Diretriz do VII Congresso Interno da Fiocruz, em dezembro de 2017

“[Devemos] fortalecer os canais de comunicação da Fiocruz com a sociedade de forma a ampliar o alcance de informações sobre a importância do SUS para a sociedade brasileira, no intuito de criar uma consciência crítica sobre a necessidade de um sistema público universal, integral e equânime, com linguagem acessível, incluindo a democracia como um conceito de saúde. Ainda nessa perspectiva, reafirmar a identidade da Fiocruz com o SUS”

Diretriz do VII Congresso Interno da Fiocruz, em dezembro de 2017



“Como fator estruturante das relações de poder na sociedade, a comunicação é elemento fundamental dos processos sociais, econômicos e políticos decisivos para a efetivação da democracia e da plena cidadania. Nessa perspectiva, o direito à comunicação é inalienável do direito à saúde, bem como são indissociáveis os campos da comunicação e da saúde coletiva. Por isso, afirma-se a comunicação como demanda para a consolidação, o fortalecimento e a expansão dos projetos da Reforma Sanitária e do SUS (...)”

Política de Comunicação da Fiocruz, aprovada em novembro de 2016

“O projeto de comunicação da Escola Politécnica, no qual esta revista se insere, tem como marco o fato de tratar-se de uma instituição pública, federal, que, como unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz, se apresenta como organização de Estado, capaz de propor e apoiar políticas públicas permanentes. Consideramos com isso que a função da comunicação seja, principalmente, a de contribuir para a formação política, ética e técnico-científica dos sujeitos que atuam na área. Entendemos que a comunicação ganha importância quando se entende, cada vez mais, que a participação social precisa se dar para além dos espaços institucionalizados pelo SUS. Ela se apresenta, portanto, como o caminho que deve não só ‘informar’ a sociedade sobre o que se passa em determinado campo mas também propiciar espaços de debate e construção coletiva e democrática”

Editorial da primeira edição da Revista Poli – trabalho, educação e saúde, lançada em setembro de 2008

“Veículo idealizado e executado por uma instituição pública que se coloca a serviço da ampliação do Estado na direção das parcelas subalternizadas da sociedade, a Poli, apesar de institucional, se coloca politicamente no campo da comunicação alternativa. E isso significa o compromisso de engrossar as vozes que denunciam o grau de concentração dos meios de comunicação no Brasil e as consequências nefastas que esse cenário tem produzido para a maioria da população brasileira”

Edição 31, comemorativa dos 5 anos da revista Poli – saúde, educação e trabalho, em 2013

REGRAS DO JOGO DEMOCRÁTICO NAS PÁGINAS DA POLI

Esta é a terceira edição especial da Poli sobre as eleições, que este ano acontecem nos dias 7 e 28 de outubro, datas do primeiro e do segundo turno, respectivamente. Desde 2010, a Poli abre espaço para que os candidatos e candidatas à presidência da República apresentem suas posições e propostas para as áreas que compõem o universo temático da revista: saúde, educação e trabalho.

Todas as 13 candidaturas inscritas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foram convidadas a responder as questões. Foi determinado apenas o espaço mínimo e máximo total do texto: a distribuição entre as respostas a cada pergunta ficou a cargo de cada candidato. Os que enviaram respostas com até 5.500 caracteres com espaço ocuparam uma página da revista; já os que escreveram até 9.600 caracteres tiveram seu texto diagramado em duas páginas. O critério previamente estabelecido de apresentação das respostas na revista foi a ordem alfabética a partir do nome do candidato. Foi informado, no entanto, que essa organização valia para as páginas duplas; os textos menores seriam encaixados na ordem que permitisse melhor distribuição entre as páginas. Todos os textos receberam o mesmo padrão de diagramação: fotos (todas enviadas pelas campanhas) e identificação na mesma posição da página; tipo e tamanho de fonte iguais; textos corridos, sem negritos.

Como em todas as outras edições, o objetivo foi garantir absoluta igualdade de condições para todos os candidatos e candidatas. Por isso, os contatos foram feitos primeiro pelo telefone e depois por email, todos na mesma data: 16 de agosto, um dia após o prazo final estabelecido pelo órgão eleitoral para o registro das candidaturas. O prazo para o envio das respostas foi o dia 27 de agosto. Como apenas dois candidatos responderam nesse prazo inicial, no mesmo dia 27 de agosto entramos novamente em contato com as campanhas, por telefone e posteriormente por email, informando a extensão da data-limite até o dia 31. Esse contato foi feito com todas as candidaturas, inclusive aquelas que já haviam respondido que não atenderiam à solicitação da revista.

Ao final do novo prazo, seis dos 13 candidatos haviam respondido: Álvaro Dias (Podemos), Guilherme Boulos (PSOL), João Goulart Filho (PPL), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Marina Silva (Rede) e Vera Lúcia (PSTU). Entre a data de recebimento da resposta e a finalização da revista, no entanto, o TSE rejeitou a candidatura de Lula, considerando-o inelegível em função da lei da Ficha Limpa. Na data em que a revista foi enviada à gráfica e disponibilizada em formato digital (6/09), o Partido dos Trabalhadores estava recorrendo da decisão e, por isso, ainda não tinha indicado candidato substituto. Atendendo à orientação da campanha, foi mantido o texto, substituindo todas as referências ao candidato pelo nome da coligação e usando a logo do partido no lugar da foto.

Os candidatos Cabo Daciolo e Geraldo Alckmin informaram por email que não responderiam às perguntas enviadas pela Poli. A assessoria de Alckmin agradeceu “muitíssimo o contato”, mas afirmou não ser possível atender a solicitação no prazo. Já a campanha de Daciolo respondeu com a seguinte mensagem: “Agradeço profundamente o carinho e interesse da imprensa em me procurar para entrevista. Por direção de Deus decidi só participar dos debates presidenciais e permanecer no monte em oração. Estarei à disposição nos dias de debate para atendê-los”. Os demais candidatos não formalizaram por escrito qualquer justificativa para não terem respondido às perguntas.

Finalizado o trabalho, esperamos, com essa publicação, valorizar os campos da saúde, educação e trabalho no debate presidencial e contribuir para o fortalecimento da democracia no Brasil. Boa leitura!

VEJA AS PERGUNTAS ENVIADAS AOS CANDIDATOS

1 - Em 2019, quem quer que sente na cadeira de presidente da República terá que lidar com a menor margem de manobra de gastos de que se tem notícia em função da **Emenda Constitucional 95**, conhecida como teto dos gastos. Calcula-se que o governo federal pode ter apenas R\$ 100 bilhões livres para gastar – menos do que o orçamento atual do Ministério da Saúde. Além disso, as perdas estimadas para a área da saúde são de R\$ 417 bilhões até 2036, e para a educação, a expectativa é de que a participação do governo federal no financiamento seja reduzida de 18% para 10,3%, gerando uma perda significativa de recursos. Qual a avaliação da sua candidatura sobre a EC 95 e que medidas pretende tomar em relação a ela?

2 - O Conselho Nacional de Saúde, órgão máximo do controle social do SUS, subsidiado por pesquisadores de várias áreas, inclusive da Fiocruz, se posicionou contrário às mudanças na Política Nacional de Atenção Básica (**PNAB**) que, no entanto, foram aprovadas em agosto de 2017 pela Comissão Intergestores Tripartite. Qual a avaliação da sua candidatura sobre essa mudança e que medidas pretende tomar em relação a ela?

3 - Várias instituições e entidades científicas – como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) – posicionaram-se publicamente contra a **Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Qual a avaliação da sua candidatura sobre essas mudanças e que medidas pretende tomar em relação a elas?

4 - Os principais argumentos em defesa da **reforma trabalhista**, aprovada em agosto de 2017, eram a geração de empregos e a redução da insegurança jurídica dos empregadores. Qual a avaliação da sua candidatura sobre os efeitos da reforma, até agora, e que medidas pretende tomar em relação a ela?

5 - Apresente suas principais propostas em relação à **Educação Profissional**.

ALVARO DIAS – PODEMOS

Vice-presidente: Paulo Rabello de Castro (PSC)

Coligação: “Mudança de Verdade” (PSC/PTC/PRP)

DIVULGAÇÃO



EMENDA CONSTITUCIONAL 95, QUE INSTITUI UM TETO DE GASTOS PARA O GOVERNO FEDERAL

O Plano de Metas 19+ desenvolvido pela coligação Alvaro Dias e Paulo Rabello oferece uma proposta que organiza as finanças sem prejudicar o brasileiro em questões como a saúde. O Teto dos Gastos conforme votado tem como limitador a inflação, o que é errado. O ajuste que propomos utiliza o PIB corrente como parâmetro. Essa substituição fará toda diferença, pois haverá aumento gradativo do percentual do PIB investido em saúde. A Revisão Constitucional que propomos vai mudar a PEC do Teto introduzindo nova regra.

MUDANÇAS NA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA (PNAB)

O Plano de Metas 19+ prioriza a atenção básica e a saúde familiar, propomos uma reorganização que atende às urgências mais conhecidas do setor: atualização da tabela do SUS, modernização dos postos de atendimento, valorização da medicina preventiva e auditorias nos serviços. As mudanças

na PNAB estão relacionadas ao financiamento e distribuição dos recursos. Hoje, a maior parte da receita fiscal vai para Brasília e os prefeitos precisam negociar verbas que deveriam estar automaticamente liberadas especialmente para a saúde que tem gestão municipalizada. Brasília e os prefeitos precisam negociar verbas que deveriam estar automaticamente liberadas. A partir da nossa proposta de federalismo fiscal e reforma tributária, haverá um recolhimento centralizado dos tributos e uma distribuição diária a partir de uma matriz calculada pelo IBGE e um sistema utilizado no mercado financeiro. Consequentemente, os prefeitos poderão administrar os recursos para saúde com mais agilidade, eficiência, menos burocracia e mais próximo à população. Uma mudança na redistribuição dos recursos para os municípios terá impacto direto na gestão eficiente da saúde básica.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Propomos a partir do Plano de Metas uma transformação no formato das escolas. A ideia inicial é reduzir as disciplinas obrigatórias e oferecer por meio de eletivas matérias em diversas áreas de conhecimento. Priorizamos o ensino integral para todo país cujo segundo período escolar será de três horas na rede pública, com oferta de atividades esportivas, artísticas, línguas e reforço nas matérias tradicionais.

Para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental haverá também um trabalho de aconselhamento e atividades extracurriculares específicas para que os estudantes ingressem no Ensino Médio com melhor direcionamento de carreira, baseado no sistema alemão e finlandês.

REFORMA TRABALHISTA

Nossos olhos estão voltados para o futuro e o aperfeiçoamento do que foi realizado nas gestões anteriores, isto inclui a reforma trabalhista. Nosso objetivo é a geração acumulada de 10 milhões de postos de trabalho. Para isso, estamos propondo um “Simples Trabalhista” para mais simplificações das relações do trabalho e no contrato, mantidos sempre todos os direitos. Embora consolide alguns itens, existem tópicos na Reforma Trabalhista que precisam ser revertidos, por exemplo, a exposição de grávidas a local de trabalho insalubre e outros.

PROPOSTAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ao término do Ensino Fundamental o estudante receberá um aconselhamento voltado para carreira e poderá escolher entre prosseguir no Ensino Médio com foco em Ciências Humanas ou Exatas, frequentar Escolas Técnicas ou CETs (Centros de Treinamento para o Trabalho), nos quais, ao longo de dois anos, jovens irão receber formação profissional adaptada a um futuro emprego e, ao mesmo tempo, exercer de imediato uma atividade remunerada. A orientação reforçará os talentos individuais dos estudantes, de forma que eles façam as melhores escolhas profissionais.○

GUILHERME BOULOS – PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL)

Vice-presidente: Sonia Guajajara (PSOL)

Coligação: “Vamos sem Medo de Mudar o Brasil” (PSOL/PCB)

DIVULGAÇÃO



EMENDA CONSTITUCIONAL 95, QUE INSTITUI UM TETO DE GASTOS PARA O GOVERNO FEDERAL

A chamada “PEC do fim do mundo”, como ficou conhecida a EC 95, é um dos maiores retrocessos já vistos na história do Brasil. Quem nessas eleições prometer investimentos sociais sem a revogação dessa medida estará mentindo ao eleitor. Não podemos falar em Saúde, Educação, Saneamento Básico, sem derrubar o teto de gastos. Portanto, no primeiro dia de nosso governo, vamos convocar um plebiscito para que a população rejeite essa e outras reformas do governo de Michel Temer.

A verdade é que nenhum país consegue superar a crise econômica com políticas de cortes. Esse modelo agrava o problema e favorece apenas os bancos, que concluíram seus semestres com taxas de lucro exorbitantes – 17 bilhões somente no segundo trimestre. Para nós, a saída da crise passa por um caminho inverso: vamos investir na população e em suas necessidades.

Disso se trata o programa Levanta Brasil, um mega-projeto de obras sociais que nos primeiros dois anos irá criar 6 milhões de empregos. Vamos gerar infraestrutura essencial para as regiões mais pobres do país, com especial atenção ao semiárido nordestino. Micro e pequenas empresas, com acesso a linhas de crédito especiais do governo, vão poder participar de contratos para a construção de casas, postos de saúde, esgoto, tratamento de água, creches em tempo integral e outros, usando parte da mão de obra local.

Por ano, a previsão é de investir 180 bilhões de reais – vindos da reforma tributária progressiva e da revisão de renúncias fiscais.

MUDANÇAS NA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA (PNAB)

As mudanças aprovadas estão destruindo a Atenção Básica – um dos principais pilares para se construir uma saúde pública, universal e de qualidade. Não podemos ignorar que essa política teve como efeito a diminuição da mortalidade infantil no país, além de erradicar uma série de doenças. Nosso projeto vai na direção contrária do atual governo: vamos dobrar o orçamento do SUS, dando prioridade à expansão e qualificação da Atenção Primária.

O país precisa fazer uma opção definitiva por uma Atenção Primária forte, qualificada, integral, longitudinal e resolutiva, garantindo a universalização da cobertura e o acesso. Nossa meta é ampliar as equipes de Saúde da Família, cobrindo todo o território nacional. Vamos criar incentivos à formação médica para a Atenção Primária e aumentar as vagas de residência nessa especialidade, sobretudo em locais com maior carência.

Outro ponto fundamental de nossas propostas para a Saúde é o programa UBS Completa. Na prática, o cidadão vai conseguir ser atendido por um profissional, fazer seus exames e receber o diagnóstico e os medicamentos em um só endereço, tudo em horários flexíveis. Vamos também garantir medicamentos 100% de graça e estabelecer um teto de espera nas UBSs.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Sou professor, já dei aula na rede pública e conheço de perto essa realidade. Hoje, os índices de reprovação e evasão escolar são muito altos e refletem que a sala de

aula está distante da realidade dos alunos. Essas reformas só aumentaram o abismo entre aluno e professor e reforçaram os problemas que já existem na Educação.

Ações como as de diminuir as horas de escola, retirar disciplinas inteiras e “flexibilizar” o ensino não vão melhorar o interesse nem o desempenho dos estudantes, mas baratear ainda mais os custos e transferir os recursos públicos para a iniciativa privada, que será responsável por produzir os materiais didáticos e manuais de gerenciamento. Os professores tampouco serão beneficiados, muito pelo contrário: terão ainda menos tempo em sala de aula, e mais controle.

Isso vai contra nossos princípios de valorizar a educação pública, laica, universal e de qualidade. Vamos revogar a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular e reabrir o debate sobre os dois temas de forma ampla e participativa.

Em seguida, o Fórum Nacional de Educação, que foi objeto de intervenção, vai retomar seu funcionamento e sua composição será discutida de forma democrática, para contemplar o caráter público e gratuito que a educação deve ter para se consolidar como um direito de todos e dever do Estado. Além disso, nosso governo irá retomar a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), processo que foi igualmente desmontado.

REFORMA TRABALHISTA

Vamos propor no primeiro dia de governo um plebiscito para revogar todas as medidas aprovadas pós-golpe, incluindo a Reforma Trabalhista. Com uma só canetada alteraram mais de 100 pontos da CLT e rifaram direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora.

Menos direitos não geram mais emprego. Os dados mostram isso: em 2018, o governo projetou a criação de 1 milhão de empregos formais e a meta já caiu para 20% disso. A realidade é que a reforma contribuiu para o aumento do desemprego, precarizou as vagas remanescentes e diminuiu os salários. Se o trabalhador não sabe se estará empregado no curto prazo, ou se está sobrevivendo à base de “bicos”, deixa de recorrer ao crédito para o consumo, afetando a economia.

Outro efeito direto da reforma foi a queda no número de ações trabalhistas – 40% no primeiro semestre deste ano. Com receio de pagar altos honorários ao final do processo, muitas pessoas desistiram de processar seus patrões por causas legítimas. Com isso, se aprofunda a desigualdade e a submissão entre empregados e empregadores.

Nosso compromisso é trabalhar pelos direitos do trabalhador e também pela estabilidade laboral.

Vamos ter como norte de governo o combate à precarização, às demissões imotivadas e contra a alta rotatividade. Vamos aplicar um pacote de medidas para restringir o alcance da terceirização, culpada pela redução de salários e direitos e por diminuir a capacidade de resistência sindical.

PROPOSTAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Vamos aumentar os investimentos federais no Ensino Superior. Nossas metas são criar 1 milhão de novas vagas em universidades públicas, expandir os Institutos Federais para todas as regiões do país, ampliar o sistema de cotas, favorecer estudantes de baixa renda, melhorar os salários de professores e apoiar a pesquisa.

Hoje, se gasta anualmente mais de R\$ 1 bilhão em auxílio-moradia a juízes enquanto R\$ 580 milhões podem ser cortados da CAPES, deixando milhares de estudantes sem bolsa. Só neste ano, o Brasil vai deixar de arrecadar R\$ 283 bilhões em desonerações a empresas. É um escândalo. Cortando privilégios, poderemos investir mais em Educação e no desenvolvimento do país, sobretudo em áreas onde há defasagem, como Ciências e Tecnologia.

Outra medida será a suspensão por um ano da cobrança de dívida do FIES. Hoje, são mais de 400 mil estudantes nessa situação e que devem ao todo 10 bilhões ao fundo. Quem acabou de se formar precisa de tranquilidade para se recuperar, ainda mais em um cenário de crise econômica. Está incluído em nosso programa também a regulação do setor privado, com o compromisso de combate ao oligopólio no setor. Vamos estabelecer regras que garantam padrão de qualidade para o funcionamento das instituições e apoiar o desenvolvimento acadêmico das instituições privadas sem fins mercantis, buscando fortalecer o sistema de ensino superior com base nas referências de qualidade social.○

JOÃO VICENTE GOULART – PARTIDO PÁTRIA LIVRE (PPL)

Vice-presidente: Leo Alves (PPL)

Não há coligação

DIVULGAÇÃO



EMENDA CONSTITUCIONAL 95, QUE INSTITUI UM TETO DE GASTOS PARA O GOVERNO FEDERAL

Esta é uma medida de estímulo às atividades especulativas já que congela apenas os gastos públicos com a sociedade. Os gastos financeiros, que consomem cerca de R\$ 400 bilhões ao ano do orçamento somente para pagamento de juros da dívida pública, não estão congelados. Minha decisão é de revogar essa medida.

A principal alavanca do desenvolvimento econômico é o investimento público. Ele será elevado com a queda dos gastos financeiros provocada pela derrubada dos juros básicos. Vamos elevar os recursos para os investimentos também pela canalização para este fim da renda petroleira, hídrica, eólica e outras modalidades de renda da terra. Para garantir esses recursos vamos tomar algumas medidas.

Fortalecer o caráter estatal da Petrobrás e da Eletrobrás, reverter as privatizações que minam a capacidade operacional dessas empresas. Reestatizar a Vale. Criar a Empresa Brasileira de Comércio Exterior. Mudar os regimes de concessão e partilha na explora-

ção de petróleo para o de contratação de serviços. Riqueza maior da nação, o pré-sal deverá ser submetido a um rigoroso controle nacional, com a anulação dos leilões e a instalação da Petrobrás como operadora única nesses campos.

Outro pilar da ampliação da capacidade de investimento do Estado será suprimir as isenções distribuídas irresponsavelmente na farras das desonerações que elevaram a renúncia fiscal de 8,45% a 21,32% da arrecadação, ultrapassando os R\$ 234 bilhões em 2017. Revogar a Lei Kandir que isenta de ICMS produtos e serviços destinados à exportação. Revogar a isenção da contribuição previdenciária para o agronegócio.

Vamos também estabelecer um imposto progressivo sobre as remessas de lucros das multinacionais para suas matrizes no exterior.

O quarto pilar da ampliação do investimento público será o combate sistemático à corrupção, a defesa efetiva da Operação Lava Jato e da Lei da Ficha Limpa, a luta incessante pela moralização administrativa, pela regeneração dos costumes políticos, e a punição exemplar dos desvios de conduta. Sem a confiança do povo no setor público não haverá desenvolvimento.

MUDANÇAS NA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA (PNAB)

Todas as medidas que signifiquem redução de recursos para um SUS já subfinanciado não terão o meu apoio. Os ajustes fiscais iniciados em 2014 e continuados até hoje visam reduzir gastos sociais para redirecionar os recursos para os gastos financeiros. Defendo o fortalecimento financeiro da Atenção Básica, das atividades de prevenção da Estratégia de Saúde da Família. Não me parece que essas mudanças caminham nesta direção.

A situação da saúde no Brasil se deteriora a cada dia. Exemplo desse drama é o retorno de doenças transmissíveis que já haviam desaparecido do território nacional e o aumento da mortalidade infantil depois de 26 anos de queda. Isso apesar da implantação, com base na Constituição de 1988, do Sistema Único de Saúde que tem o objetivo de universalizar o atendimento à saúde da população. No entanto, nenhum governo implantou o SUS Constitucional. Esse quadro dramático resulta da combinação entre o subfinanciamento da saúde, a privatização da gestão por meio das O.S. e a debilidade dos mecanismos de fiscalização por parte da população.

Nosso compromisso é reformar o SUS. Para resolver o problema do financiamento, vamos revogar a Emenda Constitucional 95 (que congela por 20 anos os gastos primários do governo) e eliminar a DRU sobre o orçamento da Seguridade Social (que transfere 30% dos seus recursos para o pagamento de juros). Nossa meta é elevar até o final do mandato o orçamento da saúde para 15% da receita corrente bruta da União. Para atingirmos nossa meta, vamos alterar a lei que estabelece 15% da receita corrente líquida para a saúde. Isso redundaria na duplicação do orçamento da saúde, passando de R\$ 107 bilhões executados em 2017 para R\$ 211 bilhões

em valores atuais. Vamos também alterar de 12% para 15% da arrecadação de impostos a obrigação dos estados (nos municípios, a taxa já é essa).

REFORMA DO ENSINO MÉDIO E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Reforma do Ensino Médio é na verdade a precarização da educação e o incentivo à privatização do ensino básico. Pelo texto aprovado, apenas Português e Matemática permanecem garantidas em lei. Sem a obrigatoriedade das demais disciplinas o governo está admitindo que os estudantes possam ter uma formação precária e piores condições de acesso à universidade ou possam não obter uma boa capacitação profissional. Com a reforma, a Base Nacional Comum Curricular pode transformar-se em letra morta. Na prática não haverá a mesma base.

Os parâmetros utilizados na formulação da “reforma” são mercadológicos e alienam o Estado de sua obrigação de garantir uma formação sólida, crítica e contextualizada socialmente para os estudantes. Com isso, ela traz efeitos negativos para a educação básica brasileira, aprofundando as desigualdades sociais, ferindo o caráter democrático do ensino público e deixando os estudantes longe do seu direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

A reforma abre os caminhos para a privatização do ensino básico porque permite o uso de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para parcerias com a iniciativa privada, inclusive para empresas de educação à distância ofertarem cursos que poderão ser integrados ao currículo do curso de Ensino Médio.

O financiamento do setor privado com recursos públicos significa também que os governos poderão terceirizar a educação, o que é de sua responsabilidade, como determina a Constituição de 1988. Essas medidas buscam formas de ausentar o Estado de sua responsabilidade constitucional na educação, além de gerar lucros para o setor privado.

No caso do ensino básico (infantil, fundamental e médio), ao contrário do ensino superior, a grande maioria dos estudantes está em escola pública: 73,5% dos 56,5 milhões (2017), enquanto 26,5% estudam em escolas privadas. Também ao contrário do ensino superior, a escola pública do ensino básico oferece um débil processo de aprendizagem, por várias razões: 1) o piso salarial do professor é muito baixo: R\$ 2.455,35; 2) com apenas uma jornada parcial na escola e sem apoio em casa (porque os pais trabalham) para orientá-los nas tarefas escolares, os estudantes do ensino básico são vítimas de um aprendizado deficiente; 3) como o ensino básico é de responsabilidade de estados e municípios, é limitada a ação de uma política nacional para possibilitar a melhoria da qualidade. Como consequência, os estudantes oriundos de escolas públicas têm dificuldades no acesso ao ensino superior. Esse é o verdadeiro gargalo da educação brasileira: enquanto a taxa de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos em 2017 (ensino médio) era de 87,2%, a dos jovens de 18 a 24 anos (ensino superior) era de

apenas 32,8%. O ensino fundamental já está universalizado. Nosso compromisso é universalizar o ensino médio e criar as condições para melhorar substancialmente a qualidade da educação básica pública.

Para isso, adotaremos as seguintes medidas: 1) equiparar, ao longo dos quatro anos de mandato, o piso salarial do ensino básico ao piso dos Institutos Tecnológicos: R\$ 6.064,50 para titular com graduação (dado de 2018); 2) unir os esforços da União, Estados e municípios para implantar a educação integral em tempo integral em todas as escolas, nos moldes dos CIEPS construídos pioneiramente por Leonel Brizola no Rio de Janeiro.

REFORMA TRABALHISTA

A reforma trabalhista teve como objetivo retirar direitos dos trabalhadores. Como trabalhista, vou revogar essa medida. Vamos enfrentar e acabar com o desemprego, promover a melhoria geral dos salários e aposentadorias. Revogar a Reforma da CLT no primeiro dia de governo. Fortalecer a Justiça do Trabalho, restabelecer a figura do juiz classista.

Implantar a Jornada de 40 horas semanais. Dobrar a multa rescisória em caso de demissão imotivada. Proibir a Terceirização da Atividade Fim. Erradicar o trabalho escravo e a superexploração do trabalho da mulher. Tornar realidade o princípio do pagamento de salário igual para trabalho igual. Ampliar a licença maternidade para o período de um ano. Extinguir o Fator Previdenciário e a Fórmula 85/95 criados unicamente para reduzir o valor das aposentadorias. Proibir o governo de seguir desviando contribuições constitucionais da Seguridade Social para outros fins. Revogar o teto do INSS (R\$ 5.579,06) para aposentadorias do setor privado e público. Voltar à Constituição Cidadã de 1988, revogar todas as emendas e leis previdenciárias de FHC, Lula, Dilma e Temer.

PROPOSTAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Fortalecer e ampliar a Rede Federal de Ensino Tecnológico. Como o ensino técnico tem que estar alicerçado num programa nacional de desenvolvimento, vamos tomar as seguintes medidas: reconstruir o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, esvaziado após a desastrosa fusão com o Ministério das Comunicações; elevar o investimento em pesquisa de 1% para 3% do PIB nos próximos quatro anos, equiparando-o ao de países como a China, Japão, Coreia do Sul, Suécia, França, EUA e Alemanha; baseado no Plano de Ciência e Inovação Tecnológica da Academia Brasileira de Ciências, desenvolver a engenharia nacional e os setores de tecnologia de ponta vitais para a nossa independência: microeletrônica, informática, telecomunicações, materiais estratégicos, engenharia genética, biomédica, nuclear, aeroespacial e a indústria da defesa; reativar a Telebrás para universalizar a banda larga; tirar o Programa Espacial Brasileiro da penúria criada por sucessivos cortes orçamentários e pelo descaso com os projetos estratégicos para o país; abortar a venda da Embraer à Boeing, reestatizar a empresa. O

COLIGAÇÃO “O POVO FELIZ DE NOVO” (PT/PCdoB/PROS)*



EMENDA CONSTITUCIONAL 95, QUE INSTITUI UM TETO DE GASTOS PARA O GOVERNO FEDERAL

A EC 95 é a mais draconiana das medidas fiscais implementadas pelo governo golpista. Desde o início, os partidos de esquerda foram contrários à medida. Mais uma vez, ao invés de optarem por taxar os mais ricos, ou buscar alternativas que aumentassem a arrecadação pública de forma equânime, optam por reduzir recursos públicos destinados aos mais necessitados. A falácia por trás dessa emenda é tornar os serviços públicos, como por exemplo, saúde e educação, estruturas inviáveis, e com baixa qualidade. Essa será a justificativa utilizada para apresentar os serviços privados como alternativa, como solução para substituir os serviços destruídos. Mas, serão os escassos recursos públicos, ou dos próprios cidadãos, com desembolso direto, que financiarão o setor privado.

Ao congelar os gastos públicos por 20 anos, a EC inviabiliza o Brasil e torna letra morta os direitos sociais proclamados na Constituição Federal de 1988. De acordo com o IBGE o Brasil gastava, em 2013, 8% do PIB em saúde. Destes, 3,6% no público e 4,4% no

privado (planos de saúde e gasto direto – medicamentos por exemplo). Todas as análises apontam que em países com sistemas de saúde universais (como o caso do SUS) os gastos públicos devem ser maiores que os privados.

Por essa razão, o próximo governo da coligação “O Povo Feliz de Novo” envidará esforços para revogar a EC 95, aliados a uma análise dos subsídios públicos no setor privado da saúde. Portanto, injetar mais recursos públicos, rever subsídios e tornar o sistema de saúde mais eficiente é um desafio colocado para o futuro do SUS. Fontes seguras, definitivas e estáveis para os setores sociais são fundamentais para o país crescer com igualdade. Assim, precisamos eleger parlamentares que não tenham compactuado com essas aberrações, e que defendam a valorização dos serviços públicos.

MUDANÇAS NA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA (PNAB)

Essa Portaria, apesar de pactuada na CIT, é definidora de política de saúde. Sendo assim, não bastaria apenas ser submetida nessa Comissão, composta apenas de gestores de saúde, precisaria de aprovação do Conselho Nacional de Saúde, instância maior de deliberação no SUS (definido legalmente), pois conta com a efetiva participação da sociedade. A Portaria, assim, já é deslegitimada de partida. A coligação “O Povo Feliz de Novo” reconhece e reafirma seu compromisso de respeitar o Conselho Nacional de Saúde como órgão máximo de controle social e de deliberação no SUS.

A nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) trouxe nítidos prejuízos à Atenção Básica, como a desvalorização da Estratégia Saúde da Família. Quanto ao seu conteúdo, é uma afronta ao que foi duramente construído durante anos, quase duas décadas, pela União, Estados e Municípios. Por meio dela, a estratégia Saúde da Família é abandonada, ao permitir alguns absurdos a saber:

- permitir vários arranjos de composição de profissionais, sem um padrão mínimo, que coloca em risco a atenção integral, mesmo na atenção básica
- a não exigência de número mínimo de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), pois em tempos de ajuste fiscal, o profissional que deixará de ser contratado, para cortes de custos, será com certeza o ACS
- tirar a definição do número máximo de pessoas por equipe.

Enfim, permite arranjos que estão em desacordo com o que foi construído até hoje, inclusive com investimentos públicos de recursos financeiros, além de investimento de recursos humanos, que se dedicaram, nos últimos anos a se formarem e capacitarem para atender esse modelo, até então consolidado e reconhecido mundialmente. O próximo governo da coligação “O Povo Feliz de Novo” propõe um processo de revisão dessa política. Entendemos a necessidade de encontrar caminhos de adequação da política de atenção básica às diversas necessidades regionais e características municipais. A atenção básica é a coluna dorsal da saúde brasileira e qualquer desmonte nela não será aceito, apenas aperfeiçoamentos e superação das dificuldades, em conjunto com os demais gestores e com a sociedade.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A coligação “O Povo Feliz de Novo” tem comprovado compromisso com todas as etapas e modalidades de educação, da creche à pós-graduação. No

seu próximo governo, a coligação dará atenção especial ao ensino médio. De responsabilidade prioritária dos Estados e do Distrito Federal, o ensino médio vive uma grande crise: de cada 100 jovens que ingressam na escola, apenas 59 concluem o ensino médio. Cerca de 1,5 milhão de jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola e somente 5,6% das matrículas no ensino médio são em tempo integral. Outros 11 milhões de jovens estão sem estudar e sem trabalhar. Para piorar, somente 22,6% das escolas de ensino médio têm infraestrutura considerada adequada.

Além disso, não se pode deixar de criticar a maneira autoritária como essa reforma foi colocada para o Brasil. Uma mudança tão profunda, que atinge a vida de milhões de jovens, não poderia ser simplesmente decretada, sem nenhum processo de diálogo. Os governos do PT sempre prezaram pelos mecanismos de participação da sociedade na elaboração das políticas públicas e, no governo da coligação “O Povo Feliz de Novo”, não será diferente.

Por tudo isso, o governo priorizará o Ensino Médio, revogando a reforma do ensino médio implantada pelo governo golpista e elaborando um novo marco legal em diálogo com a comunidade educacional, organizações estudantis e toda a sociedade. Para tal, vai suspender a tramitação da proposta de BNCC e promover a reformulação curricular por meio de uma nova proposta de Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, construída em diálogo com a sociedade. A nova base garantirá aos estudantes educação integral, por meio de projetos pedagógicos que, a exemplo dos Institutos Federais, permitirão o acesso ao estudo do português e da matemática, aos fundamentos das ciências, da filosofia, da sociologia e das artes.

REFORMA TRABALHISTA

A reforma trabalhista do governo ilegítimo viola a Constituição Federal, retira direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores e precariza ainda mais as relações de trabalho. Desde que entrou em vigor a reforma trabalhista foram criadas 35 mil vagas de trabalho intermitente e em regime parcial (7% do saldo de empregos no período, segundo o Caged), agravando a precarização do mercado de trabalho, sobretudo em setores caracterizados por baixos salários e alta rotatividade. Até abril de 2018, houve quase 53 mil “demissões por comum acordo”, modalidade instituída pela reforma trabalhista e que retira direitos dos trabalhadores (por exemplo, veda acesso ao seguro-desemprego).

Todo brasileiro que está hoje desempregado, enfrentando filas quilométricas em busca de uma oportunidade, sabe que essa reforma não foi aprovada para beneficiar os trabalhadores, nem para gerar emprego. Ela foi gestada e implementada por um governo que desconhece a realidade de nosso povo, e que responde somente aos interesses dos grandes empresários, banqueiros e do capital internacional. Uma reforma que permite, por exemplo, que mulheres

grávidas desempenhem trabalhos insalubres é mais do que equivocada, é uma reforma cruel.

Os governos Lula e Dilma criaram mais de 20 milhões de empregos com a atual CLT. O novo governo da coligação “O Povo Feliz de Novo” vai revogar a reforma trabalhista e outras mudanças legislativas que pioraram as condições de trabalho e a proteção laboral. Além disso, vai criar o Estatuto do Trabalho, produzido de forma negociada, que reúna legislação ampla e moderna. Esse instrumento criará proteção e segurança jurídica para um mundo do trabalho em profundas mudanças, em uma economia de ocupações predominantemente de serviços, de emprego flexível e trabalho imaterial.

PROPOSTAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação profissional ocupou lugar central nas políticas educacionais desenvolvidas por Lula como Presidente, com a participação fundamental de Fernando Haddad como Ministro da Educação. Lula sabe a diferença que faz na vida de um jovem ter uma boa formação profissional. Ele próprio experimentou um salto de qualidade de vida ao se formar torneiro mecânico pelo SENAI. Por isso, ao longo de seus governos, a ampliação do acesso à educação profissional foi uma prioridade, diferente do que acontecia com os governos do PSDB que o antecederam, que inviabilizaram a expansão do ensino técnico. Lula se orgulha ao dizer que foi o Presidente que mais ampliou a rede de Institutos Federais, construindo, em 8 anos, mais escolas que todos os presidentes que o antecederam.

O governo da coligação “O Povo Feliz de Novo” vai revogar a EC 95/16 e retomar os investimentos na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ou seja, consolidar o processo de expansão dos institutos federais iniciado nos governos do PT e iniciar um novo ciclo de expansão e interiorização. Outra importante medida será a aproximação do Sistema S da juventude por meio de uma mudança em sua governança e concepção. O ensino técnico e profissionalizante será articulado ao ensino propedêutico, o que ampliará as possibilidades de acesso das juventudes ao ensino superior.

O objetivo é direcionar 70% dos recursos destinados à gratuidade do Sistema S à ampliação da oferta de ensino médio de qualidade. Esses recursos serão oriundos das Contribuições Sociais arrecadadas pela União para manutenção do SESI, SENAI, SESC, SENAC e SENAR. O governo federal também vai apoiar Estados e Municípios na reestruturação e expansão de suas escolas técnicas, e estimular parcerias entre as escolas técnicas federais e as estaduais e municipais. O

**Na data de fechamento desta revista (6/09), a candidatura apresentada pela Coligação “O Povo Feliz de Novo” tinha sido rejeitada pelo TSE. Como ainda não havia sido inscrita nova candidatura, a orientação da campanha foi apresentar as respostas sem o nome do candidato, identificadas pela coligação.*

VERA LÚCIA - PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO (PSTU)

Vice-presidente: Hertz Dias (PSTU)

Não há coligação

ROMERITO PONTES



EMENDA CONSTITUCIONAL 95, QUE INSTITUI UM TETO DE GASTOS PARA O GOVERNO FEDERAL

O dilema apresentado na pergunta (“a menor margem de manobra de gastos...”) é uma escolha, um dos caminhos possíveis a trilhar. Não estamos diante de uma inexorabilidade. O detalhe mais importante da EC95 é o fato de congelar gastos do governo Federal, exceto o pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

A grande mídia, marcando a pauta dos programas de governo e dos debates nestas eleições, encara a “falência” do Estado como um desastre natural, quer dizer, não é o resultado de uma política e sim uma imposição da natureza.

Assim, os programas das candidaturas podem ser medidos pelo tamanho da tesoura: contrarreforma da Previdência, destruição de toda e qualquer possibilidade de financiamento para a pesquisa, sem falar na barbárie dos serviços públicos. Com as regras atuais, o governo federal é soberano

para administrar uma fração do orçamento público, a outra, destinada ao pagamento da dívida pública não se discute.

Nenhuma palavra séria sobre o sistema da dívida pública que segundo a FIESP consumiu este ano mais de R\$250 bilhões de juros.

O modelo de lucros rentista e subordinado ao capital internacional já decretou que a próxima administração terá acesso a menos da metade do orçamento federal porque o emaranhado de “leis” construídas para assaltar o orçamento federal assim dispôs: a desvinculação das receitas da União (DRU) e dos entes federados (Drem) para 30% por meio da EC-93; e a aberração da EC 95.

Vivemos em um paradoxo: a “baixa arrecadação” – justificativa para o endividamento – pelo Estado, não é compatível com o tamanho das “isenções” de impostos para os mesmo que compram os títulos da dívida pública.

As obscuras isenções fiscais do governo de Dilma, segundo cálculos aproximados, chegam a meio trilhão de reais. Somente em 2017 os benefícios e incentivos fiscais representaram uma perda de R\$354,7 bilhões de reais. O que significa cerca de 30% da receita líquida do governo no ano.¹ Se agregarmos a farra do REFIS, descontos de 70% em multas e 90% de descontos nos juros.

O tão propalado “déficit fiscal” é uma decisão política de um punhado de parasitas para assaltar os cofres públicos.

Com a auditoria será possível identificar que o sistema da dívida pública não foi construído para aumentar a capacidade de investimento do governo. Ao contrário, foi dado aos bancos o poder de comercializar direitos sobre fluxos de receitas tributárias futuras. Convertendo os títulos da dívida em um papel de especulação garantido, porque o Estado não vai parar de arrecadar impostos.

A tal ponto chegamos que basta ver as novas “leis” em tramitação: a “securitização dos créditos” (PL 459/2017) transfere diretamente os impostos para os bancos como “garantia de empréstimos” antes mesmo que tais recursos entrem no caixa dos governos.

O dinheiro de seu imposto irá parar diretamente no caixa do Goldman Sachs, Bank of America Merrill Lynch, Bradesco e Itaú, bancos credenciados no obscuro sistema de venda de títulos no mercado primário.

As medidas emergenciais que tomaremos estão vinculadas a acabar com o assalto do orçamento do Estado: suspensão do pagamento da dívida pública; anulação de todas as medidas de isenção fiscal e cobrança imediata da dívida fiscal estatizando as empresas que não paguem; anulação da EC95.

Assim, os dilemas enfrentados pelo país: a falência da educação pública e qualificação da mão de obra; os investimentos necessários no sistema de saúde pública e as obras relativas a moradia, saneamento básico e mobilidade urbana podem ter outra perspectiva.

¹ Estadão, 15 de junho 2018.

MUDANÇAS NA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA (PNAB)

As mudanças na PNAB foram decididas pela CIT (Comissão Intergestores Tripartite) após consulta pública de apenas quinze dias, com oposição de importantes atores como Abrasco, Cebes e ENSP/Fiocruz, além do posicionamento contrário do Conselho Nacional de Saúde. Esta aprovação gerou a portaria 2436 de 21/9/17.

Em primeiro lugar é preciso pontuar o contexto desta medida: aprovada após a famigerada EC 95, recorta o já precário financiamento do SUS, pois é notório que o envelhecimento da população e o progresso tecnológico trazem consigo uma necessidade de aumento de verbas para o SUS e a EC 95 vai no sentido oposto, assim como a ampliação da DRU para 30%.

O Ministério da saúde apresentou as mudanças na PNAB como uma “adequação das diretrizes da PNAB à realidade de hoje, reforçando como modelo prioritário a Estratégia de Saúde da Família”.

A portaria 2436, no entanto, abre diversas brechas para uma flexibilização excessiva dos componentes da equipe, chegando a colocar em questão o papel e a quantidade de agentes comunitários de saúde que a compõem, sugerindo misturar nas equipes os agentes de combate às endemias e possibilitando inclusive um retorno ao modelo tradicional de atendimento básico nas Ub. Na portaria também não consta o objetivo de chegar à cobertura de 100% da população pela Estratégia de Saúde da Família.

Tendo em vista a importância do tema ESF e a falta total de democracia na forma como foi decidida, a posição da Candidata Vera Lúcia do PSTU é pela revogação da portaria 2436 e abertura de um amplo processo de decisão sobre o tema, com o objetivo de, além de se chegar a um fortalecimento da ESF rumo aos 100% de cobertura, também fazer funcionar de fato o controle social no SUS.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A reforma do ensino médio e a BNCC são mais um ataque à educação pública em nosso país. As matérias obrigatórias limitam-se a português, matemática e inglês, que serão 60% das aulas. As demais matérias como história, geografia, educação física, filosofia e sociologia deixam de ser obrigatórias e passam a fazer parte de um “itinerário formativo”.

O governo diz que os alunos poderiam escolher as matérias que querem cursar (o tal do itinerário formativo), mas isso não vai ocorrer, pois dependerá de se as escolas oferecerão o “itinerário formativo” de interesse do aluno em seu bairro.

E como não há investimentos, dificilmente o aluno terá opções de escolha. E ainda por cima foi retirado da

BNCC o debate sobre orientação sexual e gênero. Lembremos os índices alarmantes de feminicídio e que o Brasil é um dos países que mais mata LGBTs no mundo.

Este projeto está a serviço de colocar a educação nas mãos das empresas, com privatizações, e, também com a definição dos conteúdos. A educação não deve servir ao lucro. Esta reforma vai aprofundar a desigualdade social na educação.

Revogar a reforma do ensino médio e a BNCC é uma necessidade. Cabe a toda comunidade vinculada à educação desenvolver um projeto educacional que atenda as necessidades da maioria da população e ao Estado garantir os recursos necessários para uma educação pública e de qualidade.

REFORMA TRABALHISTA

Começamos pela última interpelação: revogação imediata. Retroceder às relações laborais ao século XIX não vai diminuir o desemprego. Ao somarmos a população sem remuneração e que não procura emprego e os desempregados “oficiais”, temos 35% da força de trabalho no país (mais de 49 milhões) de pessoas à míngua.

Esse desastre social não será resolvido incluindo as gestantes no trabalho insalubre e tampouco com o contrato intermitente.

O modelo capitalista – exportador de produtos primários e rentista – desenvolvido pelo PSDB/PT fez o país descer um degrau na divisão mundial do trabalho, agora deve concorrer em produtos intensivos em mão de obra e trabalho semi-escravo.

A “segurança jurídica” exigida pelos empresários é, tão somente, a adequação das “normas” de exploração a esta opção política.

PROPOSTAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação profissional não está desvinculada das necessidades dos profissionais que demanda o país. Exportar carnes, frango, minério de ferro... e concorrer no mercado mundial no último vagão da escala produtiva desvincula completamente a educação da pesquisa e da formação de profissionais que vá mais além de trocar componentes de celulares importados.

A primeira e mais importante medida sobre a educação profissional no país é a ruptura desse modelo capitalista neocolonial, rentista e exportador de produtos primários.

Sem isso, toda e qualquer proposta específica sobre este tema estará na fronteira do populismo.

E a resposta última para essa pergunta, assim como as anteriores se concentra na necessidade de uma Rebelião. A classe trabalhadora deve mudar o seu próprio destino, a completa falência do modelo político e social do país assim o exige.○

MARINA SILVA – REDE SUSTENTABILIDADE (REDE)

Vice-presidente: Eduardo Jorge (PV)

Coligação: “Unidos para Transformar o Brasil” (REDE/PV)

LÉO CABRAL



EMENDA CONSTITUCIONAL 95, QUE INSTITUI UM TETO DE GASTOS PARA O GOVERNO FEDERAL

A candidata é contra a regra do teto de gastos. Marina acredita que o congelamento dos investimentos públicos, especialmente nas áreas de serviços essenciais como saúde, educação e segurança, é um retrocesso para a política brasileira. A candidatura de Marina Silva propõe recuperar a capacidade de investimentos do Estado, melhorando a qualidade dos gastos públicos e tornando-os mais eficiente, e principalmente combatendo a corrupção e a evasão fiscal. O rígido controle do gasto público permitirá o crescimento condicionado ao limite de 50% do aumento do PIB.

MUDANÇAS NA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA (PNAB)

Nas diretrizes de seu programa de governo, Marina Silva destaca a questão da atenção básica. O documento

diz: “Ampliaremos a cobertura da Atenção Básica, articulando esforços para melhorar o encaminhamento às especialidades, urgências e procedimentos de alta complexidade. Vamos fortalecer e aprimorar a atuação territorial da Estratégia de Saúde da Família, visando estimular seu potencial humanizador do cuidado no atendimento, valorizando cada vez mais a prevenção, pautada por um programa abrangente de educação e promoção da saúde. Essas iniciativas contribuirão para a redução da procura por serviços de assistência à saúde e para a efetiva melhoria na qualidade de vida dos brasileiros”. Portanto, políticas que venham de encontro a essa prioridade de governo serão rediscutidas com os setores envolvidos.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

As diretrizes do futuro programa de governo de Marina Silva também tratam dessas questões. “No que diz respeito ao chamado novo ensino médio, é preciso avaliá-lo criticamente, em debate com as instituições educacionais e redes de ensino, reconhecendo que a flexibilização curricular e a ampliação da carga horária dele constantes não são compatíveis com a realidade da maioria dos municípios brasileiros. Daremos apoio aos Estados para que as deficiências de implementação e de assistência técnica e pedagógica não penalizem os jovens e que o resultado seja, de fato, a redução da evasão escolar e a maior aproximação dos jovens com o mundo do trabalho, de um lado, e o devido preparo para a universidade para os que assim desejarem, de outro.”

REFORMA TRABALHISTA

A reforma trabalhista trouxe bons pontos para atualizar as relações de trabalho, mas outros são draconianos e têm de ser revistos. Pontos como a permissão de que uma mulher grávida trabalhe em condições insalubres e a possibilidade de redução de horário de almoço para trinta minutos precisam ser retirados da legislação em vigor.

PROPOSTAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O tema é abordado na página 11 das diretrizes do futuro programa de governo: “Valorizaremos o ensino técnico e profissional, buscando uma maior integração às demandas do mercado de trabalho, enfrentando o alto índice de evasão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)”. Como se tratam de diretrizes, o detalhamento das propostas será exposto no programa de governo.○

Você conhece a Poli?



- De 2008 a 2018 a Poli publicou 60 números, incluindo uma edição especial comemorativa dos 30 anos do SUS
- A revista chega a 876 municípios dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, além de 15 países da África, Europa, América do Norte e América do Sul
- O município do Brasil mais distante da Fiocruz que recebe a Poli é o Oiapoque (Amapá). Ela percorre mais de 6.500 quilômetros para chegar até seus leitores
- Ao longo desses 10 anos, publicou 323 matérias e 59 entrevistas sobre temas diversos
- Entrevistou 716 especialistas, profissionais, militantes, políticos, entre outras categorias ao longo de uma década, com uma média de 25 entrevistas por edição
- A Poli também possui uma versão digital para download no Portal EPSJV (www.epsjv.fiocruz.br). As matérias são publicadas no Portal e compartilhadas na página oficial da EPSJV no Facebook
- A chegada da Poli às redes sociais é recente. Nesse tempo, a matéria que gerou mais interação no Facebook foi "Sobra dinheiro na previdência", da edição 46, com quase 90 mil compartilhamentos
- Indiretamente, a Poli também chega a outros espaços da imprensa alternativa. Isso porque suas reportagens são frequentemente republicadas na íntegra em veículos como Jornal Brasil de Fato, Instituto Humanitas Unisinos, Outras Palavras, Carta Maior, Portal Eco Debate, Combate Racismo Ambiental...
- A Poli também é utilizada como ferramenta pedagógica em sala de aula por professores da EPSJV e de outras instituições, tanto no ensino médio como na pós-graduação
- Ao longo desses 10 anos, vários profissionais contribuíram com a Poli. Hoje, cinco jornalistas – quatro por edição – se alternam na produção das matérias que você lê. Mas eles não estão sozinhos. Dois designers gráfico dividem o trabalho de toda a EPSJV/Fiocruz com o esforço de tornar cada edição mais bonita e cada capa mais criativa. Uma assistente administrativa garante todo o processo para que ela se torne realidade, em papel e cores, para chegar às suas mãos. Por fim, lá na ponta, outros dois profissionais organizam a mala-direta, atendem aos pedidos de assinatura (gratuita), divulgam a Poli em eventos e tomam conta de todo o trajeto da revista até você

10 ANOS DA REVISTA POLI

SAÚDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO

Jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde

Assine a revista

<http://www.epsjv.fiocruz.br/revista/receba>



EVENTO E LANÇAMENTO DE SITE
COMEMORATIVO
Dias 29,30 e 31 de outubro

Acompanhe divulgação pelo portal EPSJV:
www.epsjv.fiocruz.br

